

VICE-PRESIDÊNCIA  
COORDENADORIA-GERAL DE JURISPRUDÊNCIA  
SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE

A Quarta Seção do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em sessão realizada no dia 18 de setembro de 2002, presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Federais Volkmer de Castilho, Vladimir Freitas, Elcio Pinheiro de Castro, José Germano da Silva, Luiz Fernando Wowk Penteado, Juíza Federal Salise Sanchotene, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Federal Nylson Paim de Abreu, aprovou, por unanimidade, o enunciado da Súmula nº 69, a ser publicado no Diário da Justiça da União, Seção II, por 3 (três) vezes, em datas próximas, e nos Boletins da Justiça Federal das Seções Judiciárias dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, na forma prevista no art. 97 do RITRF, com o seguinte teor :

Súmula nº 69

*"A nova redação do art. 168-A do Código Penal não importa em descriminalização da conduta prevista no art. 95, "d", da Lei nº 8.212/91."*

Enunciado aprovado nos autos do Processo Administrativo nº 02.15.00002-1 - COJUR,  
Relator Desembargador Federal Vladimir Freitas.

Precedentes:

Apelação Criminal nº 1998.04.01.056827-2/PR;  
Apelação Criminal nº 2000.04.01.121084-9/RS;  
Recurso em Sentido Estrito nº 2001.70.05.001158-9/PR;  
Apelação Criminal nº 2000.04.01.111505-1/PR;  
Apelação Criminal nº 2000.04.01.089113-4/PR.

Ofícios nºs 09, 10 e 11/2002 - COJUR  
Dias : 07, 08 e 09/10/2002.



## Tribunal Regional Federal da 4ª Região

## VICE-PRESIDÊNCIA

## SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE

A Quarta Seção do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em sessão realizada no dia 18 de setembro de 2002, presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Federais Volkmer de Castilho, Vladimir Freitas, Elcio Pinheiro de Castro, José Germano da Silva, Luiz Fernando Wovk Pentecado, Juíza Federal Salise Sanchotene, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Federal Nylson Paim de Abreu, aprovou, por unanimidade, o enunciado da Súmula nº 65, a ser publicado no Diário da Justiça da União, Seção II, por 3 (três) vezes, em datas próximas, e nos Boletins da Justiça Federal das Seções Judiciárias dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, na forma prevista no art. 97 do RITRF, com o seguinte teor:

Súmula nº 65

"A pena decorrente do crime de omissão no recolhimento de contribuições previdenciárias não constitui prisão por dívida."

Enunciado aprovado nos autos do Processo Administrativo nº 02.15.00001-3 - COJUR, Relator Desembargador Federal Vladimir Freitas.

## Precedentes:

Apelação Criminal nº 97.04.73462-0/SC;  
Apelação Criminal nº 96.04.51747-3/SC;  
Apelação Criminal nº 1998.04.01.074479-7/SC;  
Apelação Criminal nº 1998.04.01.024713-3/RS;  
Apelação Criminal nº 2000.04.01.089096-8/RS.

## SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE

A Quarta Seção do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em sessão realizada no dia 18 de setembro de 2002, presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Federais Volkmer de Castilho, Vladimir Freitas, Elcio Pinheiro de Castro, José Germano da Silva, Luiz Fernando Wovk Pentecado, Juíza Federal Salise Sanchotene, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Federal Nylson Paim de Abreu, aprovou, por unanimidade, o enunciado da Súmula nº 66, a ser publicado no Diário da Justiça da União, Seção II, por 3 (três) vezes, em datas próximas, e nos Boletins da Justiça Federal das Seções Judiciárias dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, na forma prevista no art. 97 do RITRF, com o seguinte teor:

Súmula nº 66

"A anistia prevista no art. 11 da Lei nº 9.639/98 é aplicável aos agentes públicos, não aproveitando aos administradores de empresas privadas."

Enunciado aprovado nos autos do Processo Administrativo nº 02.15.00003-0 - COJUR, Relator Desembargador Federal Vladimir Freitas.

## Precedentes:

Inquérito nº 2000.04.01.000604-7/PR;  
Inquérito nº 1998.04.01.023878-8/PR;  
Apelação Criminal nº 1999.04.01.064224-5/RS;  
Recurso em Sentido Estrito nº 1998.04.01.084908-0/RS;  
Apelação Criminal nº 2000.04.01.057876-6/RS;  
Apelação Criminal nº 2001.04.01.004007-2/RS;  
Recurso em Sentido Estrito nº 2000.70.00.030481-7/PR.

## SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE

A Quarta Seção do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em sessão realizada no dia 18 de setembro de 2002, presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Federais Volkmer de Castilho, Vladimir Freitas, Elcio Pinheiro de Castro, José Germano da Silva, Luiz Fernando Wovk Pentecado, Juíza Federal Salise Sanchotene, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Federal Nylson Paim de Abreu, aprovou, por unanimidade, o enunciado da Súmula nº 67, a ser publicado no Diário da Justiça da União, Seção II, por 3 (três) vezes, em datas próximas, e nos Boletins da Justiça Federal das Seções Judiciárias dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, na forma prevista no art. 97 do RITRF, com o seguinte teor:

Súmula nº 67

"A prova da materialidade nos crimes de omissão no recolhimento de contribuições previdenciárias pode ser feita pela autuação e notificação de fiscalização, sendo desnecessária a realização de perícia."

Enunciado aprovado nos autos do Processo Administrativo nº 02.15.00004-8 - COJUR, Relator Desembargador Federal Vladimir Freitas.

## Precedentes:

Apelação Criminal nº 97.04.66255-6/RS;  
Habeas Corpus nº 96.04.65805-0/RS;  
Apelação Criminal nº 1998.04.01.056827-2/PR;  
Apelação Criminal nº 1999.04.01.011305-4/SC;

## SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE

A Quarta Seção do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em sessão realizada no dia 18 de setembro de 2002, presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Federais Volkmer de Castilho, Vladimir Freitas, Elcio Pinheiro de Castro, José Germano da Silva, Luiz Fernando Wovk Pentecado, Juíza Federal Salise Sanchotene, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Federal Nylson Paim de Abreu, aprovou, por maioria, vencidos os Desembargadores Federais Volkmer de Castilho e José Germano da Silva, o enunciado da Súmula nº 68, a ser publicado no Diário da Justiça da União, Seção II, por 3 (três) vezes, em datas próximas, e nos Boletins da Justiça Federal das Seções Judiciárias dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, na forma prevista no art. 97 do RITRF, com o seguinte teor:

Súmula nº 68

"A prova de dificuldades financeiras, e consequente inexistência de outra conduta, nos crimes de omissão no recolhimento de contribuições previdenciárias, pode ser feita através de documentos, sendo desnecessária a realização de perícia."

Enunciado aprovado nos autos do Processo Administrativo nº 02.15.00005-6 - COJUR, Relator Desembargador Federal Vladimir Freitas.

## Precedentes:

Habeas Corpus nº 96.04.65805-0/RS;  
Apelação Criminal nº 1998.04.01.094565-1/RS;  
Apelação Criminal nº 97.04.69746-5/RS;  
Apelação Criminal nº 1998.04.01.074479-7/SC;  
Apelação Criminal nº 96.04.40035-0/PR;  
Apelação Criminal nº 2000.04.01.057876-6/RS;  
Apelação Criminal nº 2001.04.01.073503-7/RS.

## SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE

A Quarta Seção do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em sessão realizada no dia 18 de setembro de 2002, presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Federais Volkmer de Castilho, Vladimir Freitas, Elcio Pinheiro de Castro, José Germano da Silva, Luiz Fernando Wovk Pentecado, Juíza Federal Salise Sanchotene, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Federal Nylson Paim de Abreu, aprovou, por unanimidade, o enunciado da Súmula nº 69, a ser publicado no Diário da Justiça da União, Seção II, por 3 (três) vezes, em datas próximas, e nos Boletins da Justiça Federal das Seções Judiciárias dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, na forma prevista no art. 97 do RITRF, com o seguinte teor:

Súmula nº 69

"A nova redação do art. 168-A do Código Penal não importa em descriminalização da conduta prevista no art. 95, "d", da Lei nº 8.112/91."

Enunciado aprovado nos autos do Processo Administrativo nº 02.15.00002-1 - COJUR, Relator Desembargador Federal Vladimir Freitas.

## Precedentes:

Apelação Criminal nº 1998.04.01.056827-2/PR;  
Apelação Criminal nº 2000.04.01.121084-9/RS;  
Recurso em Sentido Estrito nº 2001.70.05.001158-9/PR;  
Apelação Criminal nº 2000.04.01.111505-1/PR;  
Apelação Criminal nº 2000.04.01.089113-4/PR.

DIRETORIA JUDICIÁRIA  
SECRETARIA DO PLENÁRIO E DAS SEÇÕES  
PRIMEIRA SEÇÃO

EXPEDIENTE Nº 154/2002

## AUTOS COM VISTA

O processo abaixo relacionado encontra-se com VISTA À PARTE AUTORA, pelo prazo de 10 (dez) dias, para RAZÕES FINAIS, na forma prevista no artigo 493 do C.P.C., c/c o artigo 179 do RITRF/4ª Região.

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 2002.04.01.004247-4/RS

RELATORA : DES. FEDERAL MARIA LÚCIA LUZ LEIRIA  
AUTOR : FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL - FAMURS  
ADVOGADO : Arménio de Oliveira dos Santos e outro  
REU : FAZENDA NACIONAL  
ADVOGADO : Dolzete Fátima Michelin

## DESPACHO

Tratando-se de matéria de direito, intem-se os autos para apresentarem alegações finais.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.  
Intem-se. Publique-se.  
Porto Alegre, 24 de setembro de 2002.

## SEGUNDA SEÇÃO

## AUTOS COM DESPACHO

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 2001.04.01.010477-3/RS

RELATOR : DES. FEDERAL CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ  
AUTOR : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA  
ADVOGADO : Salvador Oliveira Neco  
REU : NILTO MELQUADES DA SILVA e outro  
ADVOGADO : Marcos Almor Pereira Toledo e outro  
DESPACHO

Vistos, etc.  
Dê-se baixa e archive-se.  
Intem-se. Publique-se.  
Porto Alegre, 27 de setembro de 2002.

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 2001.04.01.020856-6/RS

RELATOR : DES. FEDERAL CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ  
AUTOR : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF  
ADVOGADO : Roberto Maia e outros  
REU : PEDRO NELSON PRESTES CAVALHEIRO e outros  
ADVOGADO : Valdeir Valério Lopes da Silva  
DESPACHO

Vistos, etc.  
Dê-se baixa e archive-se.  
Intem-se. Publique-se.  
Porto Alegre, 26 de setembro de 2002.

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 2001.04.01.020868-0/RS

RELATOR : DES. FEDERAL CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ  
AUTOR : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF  
ADVOGADO : Roberto Maia e outros  
REU : PEDRO MANOEL DA LUZ  
ADVOGADO : Sílvia Alves de Azevedo e outro  
DESPACHO

Vistos, etc.  
Dê-se baixa e archive-se.  
Intem-se. Publique-se.  
Porto Alegre, 26 de setembro de 2002.

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 2001.04.01.020868-2/RS

RELATOR : DES. FEDERAL CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ  
AUTOR : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF  
ADVOGADO : Roberto Maia e outros  
REU : ADEMIR FELIPE DOS SANTOS  
ADVOGADO : Eliane Tonello e outro  
DESPACHO

Vistos, etc.  
Dê-se baixa e archive-se.  
Intem-se. Publique-se.  
Porto Alegre, 26 de setembro de 2002.

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 2001.04.01.024757-2/RS

RELATOR : DES. FEDERAL CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ  
AUTOR : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF  
ADVOGADO : Roberto Maia e outros  
REU : CARLOS MARINEL ZUBARAN LOPES e outros  
ADVOGADO : Bernardo Profico  
DESPACHO

Vistos, etc.  
Dê-se baixa e archive-se.  
Intem-se. Publique-se.  
Porto Alegre, 26 de setembro de 2002.

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 2001.04.01.038334-0/RS

RELATOR : DES. FEDERAL CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ  
AUTOR : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF  
ADVOGADO : Roberto Maia e outros  
REU : NEIVA DE FATIMA FERNANDES DIAS e outros  
ADVOGADO : Lutz Carlos Nepomuceno e outros